

Título do artigo: Juventude: em busca da cidadania e da inclusão social

Resultado de Pesquisa Concluída.

GT- 8 - Desigualdade, Vulnerabilidade e exclusão Social

Sueli Maria Pereira Guimarães, autora¹
Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco
Sueli.guimaraes@fundaj.gov.br
Ana Lucia Hazin de Alencar, autora²
Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco
ana.hazin@fundaj.gov.br

Resumo

O trabalho apresentado é parte de uma pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Tem como questão central o impacto dos programas culturais desenvolvidos pelos governos federal, estadual e municipal sobre a vida do jovem carente, proveniente das camadas populares.

O presente artigo procura abordar a questão das políticas públicas de cultura e os programas direcionados à juventude. Busca evidenciar, portanto, as novas linguagens utilizadas, como a música, à arte, consideradas atualmente, instrumentos importantes para a transmissão do conhecimento.

A pesquisa mostrou a importância desses programas na vida do jovem, uma vez que facilitam sua inserção social e elevam sua autoestima, através das mudanças de valores, possibilitadas pelo conhecimento adquirido.

Palavra-chave: Juventude, Cultura e Cidadania.

Introdução

A realidade da população jovem no âmbito nacional e internacional

Ainda que contemplada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, foi nos últimos vinte anos que a questão da juventude ganhou maior relevância no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e na agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude.

O acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos era muito restrito: de um total de 1,2 bilhões de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 *per capita* por dia, 88 milhões não tinham emprego e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). (IPEA 2009). Esse cenário era ainda mais grave nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Todavia, os processos políticos e históricos levaram o governo brasileiro a adotar medidas que atendessem mais aos anseios da juventude, contingente que passou a ser tema importante na elaboração de políticas públicas do governo federal, culminando com a implementação, em 2004, da Política Nacional da Juventude.

¹ Mestre

² Doutora

Visando à instauração dessa política, abriu-se um diálogo entre o governo e os movimentos sociais, com o objetivo de diminuir as situações de vulnerabilidade e riscos vividos pelos jovens e de oferecer oportunidade de inserção na sociedade, favorecendo a integração deles em várias esferas sociais (Sposito, 2005).

Porém, segundo Sposito e Carrano (2003), a emergência das ações federais voltadas para a juventude teve início na segunda gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo a partir de 1997, momento em que foi intensa a repercussão pública do assassinato do índio Galdino por jovens de classe média.

A maior parte dos jovens vive nessas situações de vulnerabilidade social devido a uma série de fatores que impedem o exercício pleno da cidadania, como a dificuldade de acesso à educação. Comprova esse fato a existência de 1,5 milhões de jovens analfabetos em 2006 (Cf. CASTRO; AQUINO, 2008), o que é inconcebível quando se sabe que o mundo vivencia a era da informação e do conhecimento.

Segundo Sposati (2009), “a vulnerabilidade social relaciona-se aos riscos sociais e às condições de sua ocorrência. Neste sentido, quanto maior a vulnerabilidade social, maior a probabilidade de se estar sujeito a riscos, assim como de sofrer maior dano quando a este exposto. Riscos sociais, considerados como eventos que provocam privações e danos, podem ser associados não apenas às situações de pobreza, mas a um amplo espectro de situações, por exemplo, desemprego, doença, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, deficiência física e situações de violência entre outras.”

porta ressaltar que o fato de a temática da Juventude ter ganhado maior projeção nacional impulsionou outras iniciativas, como: realização da Conferência Nacional da Juventude; criação do grupo interministerial ligado à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR); realização do Projeto Juventude, do Instituto de Cidadania; encaminhamento do Projeto de Lei propondo a criação do Estatuto de Direito da Juventude (PL no. 529/2007); encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004) (PL no 4.530/2004), todas consideradas importantes no processo de conhecimento da problemática do jovem brasileiro.

Ainda, no início de 2005, foram criadas a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, sem *status* de Ministério e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), de caráter consultivo. A Secretaria Nacional de Juventude, além do papel de integrar programas e ações em âmbito nacional, vem se tornando referência para a população jovem que almeja algo do governo federal, tal como ocorre em vários estados e municípios do Brasil e em vários países que adotam políticas públicas voltadas para a juventude.

Juventude: um conceito plural

Deve-se salientar que o conceito de juventude reveste-se de conotações plurais. Sua composição, situação de classe, acesso à escolaridade, sua família, nacionalidade são características que orientam os valores de uma pessoa. A definição de juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação (Cf. PERALVA, 1997). Ou, como diz Bourdieu (1984, p. 143), “a juventude pode ser apenas uma palavra”, caso não seja compreendida, assim como a velhice, como categoria complexa, em permanente construção social.

A noção de juventude como categoria social, historicamente construída, segundo referenciais de Pierre Bourdieu, parte do pressuposto de que não há uma cultura jovem única. Através dessa base teórica, procura-se identificar a pluralidade da juventude nas produções culturais. A prática do consumo cultural e do lazer produtivo favorece o desenvolvimento dos jovens e, conseqüentemente, sua integração social.

O jovem de hoje, não anseia apenas por estudo e trabalho. Ele quer ser um cidadão no sentido pleno do termo, tendo possibilidades e espaços públicos para a realização de esportes, lazer e o desenvolvimento de atividades culturais.

Projetos e programas culturais como elementos de cidadania

Os riscos sociais por que passam os jovens decorrem do fato de lhes serem negados direitos básicos, que os fazem sujeitos respeitados e cidadãos. Sob a ótica de CORRÊA, 2002, p. 212, cidadania seria a “igualdade humana básica de participação na sociedade, concretizada através da aquisição de direitos”.

O fato de a cidade ter se transformado em um lugar onde as pessoas não se sentem inseridas na harmonia de uma comunidade urbana faz com que também o lazer se restrinja a espaços e tempos determinados (ROLNICK, 2000). Evidencia-se, então, a necessidade de promover ações, projetos e programas voltados para a população, em especial aquela de menor poder aquisitivo.

Pesquisa realizada em 2006 sobre políticas públicas para a juventude, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais (Ibase) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas (Polis), em parceria com entidades de pesquisas mostra uma faceta que precisa ser mais incentivada e desenvolvida: a questão da cidadania, de um sujeito de direitos que também é capaz de participar, sugerir e cobrar ações dos poderes constituídos. Essa visão está de encontro com as abordagens tradicionais da juventude, como a que utiliza a teoria funcionalista para embasar suas argumentações. De acordo com essa teoria, o jovem é um transgressor de normas e comportamentos vigentes na sociedade e que, por isso, precisa de um esforço coletivo para ajustá-lo à vida social.

O presente artigo procura abordar a questão das políticas públicas de cultura e os programas direcionados ao jovem, buscando evidenciar que as novas linguagens culturais utilizadas são consideradas, atualmente, instrumentos dos mais importantes para a transmissão do conhecimento. Música, artes visuais, teatro e dança são, pedagogicamente, melhor utilizados pelas escolas para o aprendizado dos alunos. Acredita-se que as práticas artísticas, além de possibilitarem uma ligação com as demais linguagens e códigos, podem favorecer a formação da identidade das crianças que cursam o Ensino Fundamental e formam uma consciência de uma sociedade multicultural, onde é possível confrontar valores, crenças e competências culturais.

As linguagens artísticas utilizadas no aprendizado, tanto nos programas culturais desenvolvidos pelo governo nas áreas pobres da cidade, quanto nas escolas, como complemento ao ensino formal, são determinantes para o desenvolvimento e inclusão do jovem na sociedade. As pessoas, ao refletirem, são capazes de perceber como estão condicionadas à estrutura social em que se encontram. Conscientizando-se disso e verificando que a realidade social é transformável, uma vez que construída pelos homens, tornam-se agentes modificadores da própria realidade.

Paulo Freire enxergava a questão educacional como um problema cultural, uma atividade cultural e um meio de desenvolvimento da cultura (SOUZA, 2001, p. 28). Acreditava que a cultura seria um instrumento libertador e, por isso, o aprendizado não poderia estar dela desvinculado. Por esse motivo, buscou o desenvolvimento cultural dos oprimidos, dos que se encontravam às margens da sociedade, de modo a estimular o engajamento político-econômico-social deles. (RAPOSO, 2012).

Considerações Finais

As transformações pelas quais a sociedade vem passando, como consequência do progresso e dos avanços tecnológicos, refletem nas mudanças dos valores, costumes e comportamentos que têm forte influência na estruturação e no modo de vida das pessoas, nas suas maneiras de pensar, agir, e sentir. De acordo com Von Dollinger (1997), “Cunham-se expressões novas e ao mesmo tempo

resgatam-se ideias antigas: o fim da história, o desencantamento, a pós-modernidade, o pós-industrialismo e a terceira revolução industrial”. Todas essas mudanças fazem com que os jovens precisem estar conectados com a realidade que vivenciam e ao mesmo tempo não perder suas raízes. O turbilhão de informações atuais os deixam confusos e inseguros sobre suas escolhas, atitudes e seu posicionamento perante a sociedade.

A preocupação dos governantes e das instituições em priorizar políticas públicas e ações direcionadas à população jovem tem provocado transformações significativas em suas vidas.

As políticas públicas educacionais e culturais que guardam relação com a musicalidade mostram-se, conforme os estudos, meios bastante eficazes de inclusão social e reafirmação da cidadania.

A música tem, então, se revelado um importante instrumento educacional, propiciador de transformação e integração da sociedade, aumentando a autoestima das pessoas, bem como impulsionando o desenvolvimento de uma série de habilidades, ligadas a aspectos sociais, motores e emocionais. (RAPOSO, 2012)

De acordo com Freire, Paulo:”As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical.”

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Ana Hazin; OLIVEIRA, Cleide F.G.; MELO Patrícia B.; GUIMARÃES, Sueli M.P. (2010); *Juventudes, consumo cultural e políticas públicas* (Projeto de pesquisa).

ARAÚJO, Helton Ellery; SILVA, Frederico A. Barbosa da. (Orgs) (2010) *Cultura Viva: Avaliação do programa arte educação e cidadania- Brasília: IPEA*. 148p.

BONNEWITZ, Patrice; *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu;*(2003) tradução de Lucy Magalhães. – Petrópolis, RJ: Vozes.

BOURDIEU, P. (1984) *Questions de sociologie*. Paris: Lês Editions de Minuit.

Brasil, Ministério de Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. (2008) *Um Olhar sobre o jovem no Brasil*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 218p- (série B. Textos Básicos de Saúde).

BRITO, Teca Alencar de.(2003) *Música na Educação Infantil: proposta para a formação integral da criança*. 2.ed. São Paulo: Petrópolis.

BUCCI, M.P.D. (2002) *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. Ed. Daraiva, São Paulo.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni (Orgs). (2008) *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Texto para discussão n. 1335. Brasília: Ipea.

CORRÊA, Darcísio. (2002) *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. 3ª ed.Ijuí: Ed. UNIJUÍ

DAYRELL, J. (2002). *O jovem como sujeito social*. Revista brasileira de educação.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. (1992) *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística - Censo demográfico, 2010

Juventude e Contemporaneidade. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.
284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

In: FREITAS, Maria V. de F., PAPA, Fernanda de C. (Org.). (2003) Políticas Públicas: Juventude em Pauta. São Paulo: Editora Cortez. p. 77-96

NOVAES, Regina. VANNUCHI, Paulo (Orgs) (2004) *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

ORTIZ, Renato (org.); *A sociologia de Pierre Bourdieu*; (2003) - São Paulo: Olho D'água.

PERALVA, Angelina. (1997) *O jovem como modelo cultural*. Revista Brasileira de Educação.

ROCHA, Enio; Almeida, Maria Isabel M. de; Eugenio, Fernanda (Orgs.). (2006) *Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens*. Rio de Janeiro: Mauad/PUC-rio PUC.

Publicado em <http://www.mineiroptnatal.bio.br/frameset.htm> Dito e feito n.º 4. Helena ABRAMO “juventude e Cultura”. Consultado em 02 de maio, 2012.

VILA NOVA, Sebastião. (2004) *Introdução à sociologia*. São Paulo: Atlas.

Sposati, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS) (Org.). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília, 2009.

Dayrell, J.; Carrano, P. C. (2002) *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/objuventude/textos>>. Acesso em: 1o jul. 2009.

Abramovay, M.; Castro, M. (2006) *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco.

BRASIL. Ministério da Previdência Juventude e políticas sociais no Brasil / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília : Ipea, 2009.
303 p. : gráfs., tabs

CORRÊA, Darcísio. (2002) *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. 3ª ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ.